

**CONFERÊNCIA - COMPROMISSO PARA O CRESCIMENTO VERDE E A  
INDÚSTRIA**

**AEP, 19 de dezembro de 2014**

Começo por agradecer o convite do **Sr. Ministro, Engº Jorge Moreira da Silva**, por ter escolhido a AEP para a organização desta Conferência dedicada à Indústria, saudando o caráter descentralizado do modelo de discussão pública do Compromisso para o Crescimento Verde (CCV) e em particular o facto desta sessão ter lugar aqui no Porto, o que muito nos honra, entre outras razões por estarmos fisicamente mais próximos do tecido industrial – tendo em conta que é no Norte que se encontra uma parte muito significativa da base industrial do País.

Outros agradecimentos:

- Secretário de Estado da Energia – Dr. Artur Trindade
- Vice-Presidente da CCDRN
- Administrador do IAPMEI
- CIP, entidade parceira, cumprimentando o seu 1º Vice-Presidente, meu caro Colega Engº José António Barros
- Oradores: Engº Aníbal Campos; Dr. Luís Magalhães; Dr. António Vasconcelos, que seguramente nos trazem temas muito pertinentes relacionados com o desenvolvimento industrial sustentável
- Prof. Joaquim Poças Martins, membro do Conselho Consultivo da AEP, a quem caberá a tarefa de moderar esta sessão
- A todos os presentes e participantes nesta Conferência, a quem agradeço estarem aqui presentes.

Os múltiplos desafios do Crescimento Verde são para nós, enquanto entidade representativa do setor empresarial, particularmente importantes e por isso a AEP é, desde a primeira hora, **membro da Coligação para o Crescimento Verde**.

Por outro lado, **temos vindo a realizar um vasto conjunto de iniciativas**, apoiadas pelo QREN, numa ótica da promoção do desenvolvimento sustentável, integrando conceitos como gestão sustentável, eco-inovação, eficiência energética, responsabilidade ambiental ou compromisso social, com tradução prática no dia-a-dia das empresas.

Sabemos que os **compromissos internacionais de Portugal** não se restringem ao ajustamento quanto ao défice e dívida públicos. O território português enfrenta também desafios de eficiência e sustentabilidade, que se colocaram ainda antes do início do Programa de Assistência Económica e Financeira, e que se mantêm após o término deste Programa.

Por isso, defendemos que a **estratégia de crescimento sustentado para o nosso País** deve assentar, necessariamente, na orientação da economia para a produção de bens e serviços transacionáveis, que permita aumentar as exportações e substituir, de forma competitiva, as importações, que valorize os nossos recursos endógenos e que permita criar valor acrescentado nacional, onde a Indústria assume um papel fundamental.

Portugal tem vindo a assistir a um **processo de desindustrialização crescente**, bem visível na redução do peso relativo da Indústria na

produção e no emprego. Porém, um setor industrial em declínio coloca fortes limitações à capacidade de Portugal em termos de base para um crescimento económico sustentado.

**A Indústria desempenha um papel de alavanca da recuperação económica**, pelo que a elevação do seu peso na estrutura produtiva nacional não poderá estar desligada da temática ligada à sustentabilidade ambiental, em particular à maior eficiência na utilização dos recursos em todas as cadeias de valor deste importante setor de atividade.

Estamos conscientes de que o **enorme desafio** passa por orientar a estratégia de “reindustrialização” no sentido de estimular um **crescimento económico verde sem perda significativa de competitividade** para as empresas.

Concordamos, tal como refere o documento que está em discussão pública, que a **Indústria**, em particular a transformadora, **apresenta inúmeras oportunidades para influenciar a transição para um crescimento verde**, designadamente através da conceção ecológica dos produtos, do desenvolvimento de novos produtos, de novos processos ou otimização dos existentes, prevenindo desperdícios materiais e energéticos no processo de fabrico, incorporando menos matéria-prima na composição do produto, minimizando o resíduo produzido e facilitando a sua reciclagem, entre muitos outros aspetos.

Concordamos, também, que a influência da Indústria em prol de uma economia “mais verde” não poderá estar dissociada de uma **desejável**

**alteração ao nível dos fluxos de mercadorias** com vista a assegurar a **utilização de sistemas de transporte mais ecológicos**, nomeadamente a opção pelo **modo de transporte ferroviário em detrimento do rodoviário**.

Face à crescente (e necessária) internacionalização da economia portuguesa, em particular à necessidade de reforçar a orientação das empresas portuguesas para o mercado externo, este aspeto coloca-se com bastante acuidade. Por isso, o **investimento em infraestruturas de transporte ferroviário de mercadorias**, com vista a uma melhoria da conectividade internacional, é um fator crucial para o País e, em particular, para as regiões portuguesas com maior orientação exportadora.

Porém, uma Indústria forte, competitiva e sustentável requer necessariamente um conjunto de condições que dependem não só das ações dos empresários mas também da própria **envolvente empresarial** – uma envolvente que potencie a atratividade e a realização de projetos de investimento produtivo.

Só o **relançamento do investimento** permitirá criar riqueza e emprego de forma sustentada, consolidando a trajetória descendente que temos vindo a assistir na taxa de desemprego. De forma muito preocupante, a taxa de investimento encontra-se atualmente em níveis historicamente baixos. Sendo certo que o investimento começou a dar sinais de recuperação desde o primeiro trimestre, as previsões apontam ainda para um crescimento relativamente baixo, quer para este ano quer para 2015.

Ao nível da envolvente empresarial, não temos dúvidas que é possível fazer mais e melhor, por vezes sem custos adicionais. Neste âmbito, preconizamos a necessidade de implementação das seguintes ações:

- **Promover a atratividade de investimento industrial (nacional e estrangeiro) através da operacionalização de uma estratégia nacional para o acolhimento de empresas industriais, pondo em prática uma implementação efetiva do SIR – Sistema da Indústria Responsável**, que permita a instalação, nas ZER - Zonas Empresariais Responsáveis, de atividades industriais “chave-na-mão”, sem necessidade do industrial ter de se sujeitar a um “processo em paralelo” para a obtenção dos diversos títulos de utilização.

Devem, também, ser **criados incentivos para as empresas se instalarem nessas áreas**, por exemplo, através de **majorações em candidaturas a fundos nacionais e comunitários**.

- Paralelamente ao fator de localização, importa **atuar ao nível da capacitação dos recursos humanos no âmbito da temática do crescimento verde**:

- Desde logo, ao nível do sistema de **educação/formação** é desejável um **reforço das estruturas curriculares relacionadas com as atividades verdes** em todos os níveis de ensino (desde o obrigatório ao superior).

- Tendo em conta que o crescimento verde requer **inovação empresarial**:

i) Defendemos uma **maior cooperação entre as entidades do Sistema Científico e Tecnológico (SCT)** e o mundo empresarial, de modo a possibilitar a transferência dos resultados da Ciência para o tecido produtivo, (sobretudo os que mais diretamente se relacionem com as preocupações de um crescimento verde), originando mais valor acrescentado para os nossos produtos.

Nesse contexto, **a AEP disponibiliza-se, em concreto, para intermediar os trabalhos de doutoramento e pós-doutoramento desenvolvidos pelo SCT e as empresas interessadas em desenvolver relações de parceria.**

ii) Defendemos, ainda, o **apoio à inserção de recursos humanos altamente qualificados em empresas**, designadamente **Doutores e Mestres**, especialmente vocacionados para o exercício de funções com objetivos preconizados no âmbito do Compromisso para o Crescimento Verde.

- Importa assegurar que as **medidas com impacto negativo de curto prazo sobre a competitividade das empresas, em termos de aumento de custos** (nomeadamente custos energéticos, no que se refere ao agravamento previsto nos combustíveis convencionais) **possam ser faseadas no tempo**, de modo a facilitar a adaptação e alteração de comportamentos, bem como um melhor aproveitamento dos apoios concedidos (nomeadamente para compra de equipamento eco-eficiente), assegurando uma transição mais fácil e menos onerosa para as empresas e evitando a sua deslocalização para outros países.

- Ao nível do **financiamento**, seria interessante consignar parte dos recursos associados ao Fundo para o Crescimento Verde, em articulação com a Instituição Financeira de Desenvolvimento, para a **utilização de instrumentos de capitalização de empresas, sobretudo PME, com elevado contributo para a economia verde.**

- No domínio da **promoção internacional**, o CCV prevê a associação da marca Portugal a valores verdes, projetando o nosso País como um exemplo de crescimento verde.

Neste âmbito, será interessante estudar a possibilidade da **marca natural.pt** ser criada no âmbito do Programa já existente de valorização da produção nacional, de âmbito mais lato - **“Portugal Sou Eu”**, com vantagens operacionais e de redução de custos.

Ao associar valores verdes ao grau de incorporação nacional nos produtos estariam asseguradas duas vertentes tão essenciais a uma trajetória de crescimento económico sustentado e criadora de “empregos ecológicos”.

- Ao nível da **contratação pública** deverá ser fortemente **estimulada a redução, reutilização e reciclagem** (política dos três R’s) de desperdícios na Administração pública, de modo a reduzir as compras públicas, em particular as de maior “pegada ecológica” e, simultaneamente, **libertar recursos para a economia.**

- Tendo em conta que o CCV *“está em sintonia e complementa um conjunto significativo de planos setoriais ou temáticos que já existem ou venham a existir”*, **importa assegurar a articulação, compatibilidade e**

**coerência global das medidas e metas definidas para as diferentes áreas de intervenção**, não só para aferir se não há conflitualidade mas também para potenciar medidas que combinem e favoreçam simultaneamente mais do que uma área de intervenção.

Finalmente, um território bem construído será também um território mais eficiente, pelo que a **requalificação urbana** é uma área de intervenção importante em termos de crescimento verde, que possibilitará **relançar a indústria da construção, mas também diversos setores industriais**, e que as empresas, em particular **as PME, deverão saber aproveitar**.

**Também o País como um todo terá que saber aproveitar melhor, e rapidamente, as suas competências e os seus recursos naturais**, como o **sol**, o **vento** e o **mar**, que apesar do elevado potencial de que efetivamente dispõe, assumem ainda uma dimensão muito reduzida.

Tudo isto que acabei de referir poderá dar um forte contributo para a reindustrialização do País e, assim, para a trajetória sustentada de recuperação económica e criadora de “empregos verdes”.

Da nossa parte, esperamos com esta Conferência poder, também, contribuir para tal propósito.

Só me resta desejar a todos uma ótima sessão!

Paulo Nunes de Almeida

Presidente da AEP